



Parlamento p.26

Governo “desbarata a autoridade do Estado”



Parlamento p.27

Saúde enfrenta “tempos de degradação”

Povo Livre



nº 1976

5 de julho de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



Só há Governo para as notícias boas

Pedro Passos Coelho na apresentação de Helena Mendonça à câmara municipal de Proença-a-Nova

Debate quinzenal

Política serve também para discutir segurança das populações

“Desde a primeira hora há, evidentemente, falhas de Estado”, afirmou o presidente do PSD, durante o debate quinzenal, 28 de junho. “O Estado falha quando tantas pessoas morrem nas circunstâncias em que morreram”, disse para acrescentar que “devia ser muito importante que o Estado fosse rápido a fazer a reparação por essas mortes”.

Pedro Passos Coelho perguntou a António Costa “se o Governo está ou não disponível para rapidamente aprovar um mecanismo” que permita indemnizar os “familiares das vítimas que faleceram em estradas nacionais”. Alertou, ainda, que o parlamento o pode fazer, contudo “o tempo de execução legislativo de um processo desses é mais moroso”.

Passos Coelho contrariou a ideia de que a discussão do que se passou em Pedrógão “não podem ser politizadas. Isto é um entendimento de politização errónea. Uma coisa é discussão partidária para uma coisa que é a política no sentido nobre do termo. Se a política não servir para discutir tragédias que têm consequências desta dimensão, então a política não serve para nada”, disse. “Tem de servir para que possamos todos fazer uma discussão tão séria quanto possível. Sim, é preciso falar, é preciso identificar o que acontecer e, depois, discorrer sobre se era ou não evitável”, alertou, defendendo que as “responsabilidades podem caber a muita gente”.

O líder social-democrata referiu acreditar que “não há muitas dúvidas de que a responsabilidade objetiva existe”, pois “as pessoas morreram em estradas nacionais, onde a responsabilidade cabe ao Estado quer pela segurança, quer pela manutenção das vias”. Acrescentou, ainda, ser “importante preservar que as pessoas não tenham de andar num calvário judicial para demandar o Estado e, portanto, serem indemnizadas naquilo a que têm direito”.

Pedro Passos Coelho chamou ainda a atenção para o facto de “só agora se está a iniciar a fase mais aguda do combate aos incêndios” e, já, “com uma tragédia sem precedentes”.

O presidente do PSD aconselhou o Governo a fazer tudo o que puder “para, de alguma forma, colmatar a desconfiança que se instalou no dispositivo e na reação que é preciso tomar face a circunstâncias destas”.

“Estamos infelizmente habituados a incêndios mas nunca aconteceu uma tragédia destas dimensões, com as vítimas mortais que esta registou. Significa que é necessário apurar todas as responsabilidades, para não ficar a percepção na opinião pública de que há um jogo do empurra. É importante que haja um cabal esclarecimento do que se passou”, destacou.



Lembrou também todos aqueles que se viram em situação de pânico, sem água, comunicações ou eletricidade, assim como as “versões desencontradas entre o sistema de comunicação, a Administração Interna, o próprio IMPA” ou, ainda, “a ideia de que havia uma árvore onde se tinha iniciado o incêndio, até à ideia de que estamos à procura de uma mão criminosa”. Segundo defendeu, “tudo isso dá aos cidadãos uma noção de intranquilidade e insegurança que era importante que fosse, e precisa de ser, ultrapassada”.

E recorda a proposta feita pelo PSD, e aceite pelo Governo, de criar uma comissão técnica independente para apurar “exatamente tudo o que se passou neste incêndio, e não aquilo que se passou nos últimos 30 ou 40 anos”.

Movimento cívico de “solidariedade”

Passos Coelho enalteceu o movimento cívico de “solidariedade” que se criou em torno da tragédia “desde a primeira hora”, assim como o facto de misericórdias e autarquias terem sido chamadas a gerir o fundo financeiro de solidariedade, em articulação com o Ministério da Solidariedade, é “um sinal importante de reconhecimento do papel que estas instituições, entre outras, tiveram desde a primeira hora”.

Pedro Passos Coelho quis deixar duas mensagens. “Com humildade e escrupulo, ninguém pode dizer que vários governos não possam ter direta ou indiretamente responsabilidade na situação que se viveu”. Contudo, “isso não pode servir para tirar a conclusão de que a responsabilidade é de todos, logo não é de ninguém”.





Jantar-conferência Ideias à Prova em Vila Nova de Gaia

O problema dos incêndios não é o eucalipto

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, afirmou, dia 28 de junho, que, ao contrário do que se diz, o problema dos incêndios não se vai resolver com uma reforma florestal que acabe com o eucalipto.

“Agora há uma discussão muito grande sobre o eucalipto, querem-nos fazer acreditar que o problema dos incêndios é problema dos eucaliptos e eu, que até não sou particularmente defensor do eucalipto, acho que não faz sentido estar a demonizar o eucalipto porque nós sabemos que uma grande parte do território não tem eucalipto e que o eucalipto é o que menos arde, portanto, o problema não é do eucalipto”, afirmou.

O social-democrata referiu que o primeiro-ministro, António Costa, quer consenso para impor reordenamento florestal e travar o eucalipto devido a “um acordo com o partido ecologista Os Verdes”, sem o qual não haveria “geringonça”.

“Ele [António Costa] tem um acordo com o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), portanto, não pode ter eucaliptos porque o PEV é contra os eucaliptos e não há geringonça sem PEV, logo acabaram os eucaliptos, é simples, é disto que se trata, o resto são partes gagas”, venceu.

O presidente social-democrata destacou que “grande parte” do território não tem eucalipto, que a “maior



parte” da floresta portuguesa não é eucalipto e que o eucalipto é o que arde menos e onde o fogo se apaga com “mais facilidade”.

Pedro Passos Coelho lembrou que o eucalipto “ainda vai dando algum rendimento” aos proprietários dos territórios que “não tem comparação” com outras espécies, pelo que o Estado Português não pode dizer a essas pessoas para investirem em coisas que dão prejuízo.

Há cerca de 400 mil pequenos proprietários cujo rendimento depende disso, ressaltou.

“Nós temos é de fazer um investimento em floresta que remunere a gestão do território, se não remunerar não funciona, o eucalipto remunera, o pinheiro remunera e o carvalho não remunera, logo eu posso gostar de carvalhos, mas se investir em carvalhos vou perder dinheiro”, considerou.

Na sua opinião, é “indispensável” que haja uma atividade económica cuja remuneração sustente o próprio território, sublinhando que o Estado tem de dar incentivos adequados para que essas atividades se possam desenvolver de forma “mais livre e mais harmónica” devendo

tratar de modo diferente o que é diferente.

O líder social-democrata recordou que o Governo PSD/CDS-PP, que presidiu, apresentou e aprovou uma reforma para a floresta e, agora, já se está a falar noutra sem se falar nesta.

“Não se avaliou a que foi feita e já se está a pensar preparar outra”, frisou.





CONSELHO
NACIONAL

LEVAR
PORTUGAL
A SÉRIE



Conselho Nacional do PSD

Governo tem falta de sentido de Estado

O presidente do PSD dedicou parte da sua intervenção inicial do Conselho Nacional à questão dos incêndios da região Centro, que provocaram 64 mortos, dizendo que o Governo agiu nesta matéria como “baratas tontas”, com vários serviços a contradizerem-se entre si.

A este propósito, Passos Coelho criticou igualmente as recentes mudanças na estrutura de coordenação na Proteção Civil e abordou também algumas queixas de dívidas aos bombeiros.

No início do Conselho Nacional, órgão máximo do partido entre Congressos, foi respeitado um minuto de silêncio pelas vítimas do incêndio que deflagrou a 17 de junho, em Pedrógão Grande, e pelo falecimento de Miguel Beleza e Carlos Macedo.

O líder parlamentar do PSD acusou na quinta-feira à noite o Governo de “desnorte, descoordenação e falta de sentido de Estado ao desbaratar a autoridade do Estado”. Em declarações aos jornalistas, a meio do Conselho Nacional do partido que decorreu em Lisboa, Luís Montenegro afirmou que o fio do condutor da reu-



não tem sido a análise da “postura de um Governo que demonstra não ter sentido de Estado e está a desbaratar a autoridade do Estado”.

O presidente do grupo parlamentar lamentou que o primeiro-ministro esteja “mais preocupado com os seus níveis de popularidade”.

“Estamos a assistir em Portugal a uma cada vez mais nítida revelação de um Governo que está a deixar colapsar o Estado, a autoridade, o sentido de Estado das funções governativas e está a fazer refletir isso na insegurança das pessoas”, acusou Luís Montenegro, considerando “sintomática” a resposta do executivo aos incêndios da região Centro.

A este propósito, o líder parlamentar do PSD referiu-se à notícia divulgada pelo jornal “i”, segundo a qual o Governo teria encomendado um estudo de opinião para aferir os níveis de popularidade do Governo após os incêndios.

“Vem até a público que estão satisfeitos, contentes com a popularidade do primeiro-ministro nesta ocasião. Creio que isto diz muito daquilo que é a postura do Governo e a forma como se encaram situações que exigiriam um sentido de Estado bem mais profundo”, afirmou.

Reiterando que existem ainda “muitas respostas por dar” por parte do executivo, Luís Montenegro defendeu que o parlamento “não se pode inibir” de questionar o Governo, enquanto se aguardam os resultados dos vários inquéritos e o arranque dos trabalhos da comissão técnica independente proposta pelo PSD e que vai ser aprovada na sexta-feira, na Assembleia da República.

O líder parlamentar do PSD manifestou ainda a preocupação do PSD com a notícia de que foram furtadas granadas de mão ofensivas e munições das instalações militares dos Países Nacionais de Tancos.

“Há meses, foram pistolas do comando nacional da PSP, a situação é muito grave. O PSD insta o Governo a tomar as medidas necessárias para que isto não volte a suceder, estas situações não podem ser só lamentadas, têm de ser evitadas”, apelou, dizendo esperar que o problema não de deva a falta de pessoal ou de alocação de meios.

O Conselho Nacional terminou cerca da meia-noite e a intervenção final de Passos Coelho foi virada para a mobilização do PSD, na qual reafirmou ser candidato no próximo Congresso.





Pedro Passos Coelho na Convenção Autárquica Distrital do PSD de Bragança

“Governo não tranquiliza as pessoas”

“É um assunto muito sério”, referiu Pedro Passos Coelho na Convenção Autárquica do PSD de Bragança, dia 1, sobre o “material de guerra que foi roubado dos paióis militares”. Segundo o Presidente do PSD, “o ministro da Defesa apareceu a dizer que havia coisas muito piores”, tendo mesmo assumido “a responsabilidade política sem que ninguém saiba associar isso a qualquer ação”.

De acordo com Pedro Passos Coelho, “impõe-se que a Procuradoria-Geral da República, como lhe compete por lei, investigue o que se passou”. Disse ser “importante”, pois “estamos a falar de material de guerra que ou é empregue por forças militares em situação de guerra ou é utilizado por terroristas”. Não se pode, portanto, “desdramatizar ou relativizar” este acontecimento. “O que se vier a passar na Europa ou em Portugal nos próximos tempos pode ser condicionado por falhas de segurança graves como esta que aconteceu”, referiu.

Segundo o líder dos social-democratas, “o Governo sabe lidar mal com estes casos, como tem lidado mal com outros”. Acrescentou que “em matérias de Estado, quer estejamos a olhar para questões na área da Defesa ou da Segurança, ou para matérias que envolvem a Proteção Civil e a responsabilidade do Estado, as coisas não têm funcionado bem. Independentemente da responsabilidade política, há responsabilidade objetiva do Estado” quando falha enquanto tal.

Política do “passa-culpas”

O País está a assistir ao “passa-culpas ou ao empurrar” das responsabilidades. “Cada instituição faz a sua conclusão sobre o que se passou. Nós sabemos que o

que uns dizem é, às vezes, o contrário do que os outros afirmam”, salientou para logo concluir que “isso só pode gerar insegurança e um sentimento de desconforto nos cidadãos”. “Não se vê ninguém no Governo a tomar uma ação que tranquilize as pessoas”, frisou.

“Nem sempre se aproveitou bem o andamento da economia”, reiterou para explicar a forma de estar do atual Executivo: “quando as adversidades aparecem, a descoordenação torna-se notória e a forma efusiva como se celebram as boas notícias é substituída senão pela apatia, pela desorientação”.

Pedro Passos Coelho acusou o atual Executivo de apostar, sobretudo, na ficção. “Desde que o anterior governo saiu o País ficou bem. O Serviço Nacional de Saúde (SNS) está defendido, a escola pública prospera”, ironizou, acrescentando que quando ouve “estas ficções que elevam as expectativas sem nenhuma razão” se pergunta “se o que querem é mobilizar as pessoas para resolver os problemas ou criar a ilusão de que os problemas estão resolvidos, para gerar simpatia nas eleições”.

Governo toma medidas a pensar nas eleições autárquicas

O Presidente do PSD disse acreditar, mesmo, que as medidas do atual Executivo têm como meta as eleições autárquicas. “Deixemo-nos de demagogia barata”, sugeriu, referindo-se ao corte de 35% nas prestações de serviços no SNS. “Como é possível que muitos centros hospitalares, onde se sentem as maiores dificuldades em ter pessoal especializado, possam fornecer o serviço que

as pessoas de outra maneira não teriam?”, perguntou. “Mais dia, menos dia, o bem-estar das pessoas ressentir-se”, avisou.

“O Governo quis criar a ficção de que era possível atingir as metas do défice e continuar, ao contrário do que se fazia antes, a gastar muito mais. Vangloriam-se disso ainda hoje, mas a verdade é que o Estado está à míngua porque aqui não há milagres”, denunciou, contrariando a retórica de quem governa.

Referiu-se, ainda, ao aumento das pensões que foi feito “porque há eleições autárquicas”. “Não tem dinheiro para pagar a especialistas, mas vai dar mais uns tostõezinhos”, ironizou em jeito de alerta. “Não tem 20 ou 30 milhões de euros para pagar às associações humanitárias dos bombeiros, pelo transporte que fazem dos doentes, mas têm dinheiro para a meio do ano, antes das eleições, fazer um aumentozinho de pensões”, continuou, concluindo que “é assim que este Governo funciona”.

Poder local soube utilizar fundos europeus

O Presidente do PSD lembrou que “até 1985 se fez o possível com os meios que existiam”. De 85 “para cá fez-se muito, em particular porque passámos a dispor de fundos europeus para aplicar nas nossas terras”. De acordo com Pedro Passos Coelho, “sabemos hoje bem que não foram aplicados de forma homogénea no território, nem o investimento europeu que foi feito teve o mesmo retorno em todo o lado”. Afirmou que “isso, infelizmente,

fez com que Portugal não tivesse aproveitado tão bem, como outros países, o apoio financeiro que a então Comunidade Económica Europeia transferiu para os países com mais dificuldades económicas". Considera, contudo, que "se houve sítio onde esse dinheiro foi, regra geral, mais bem gasto, foi no Poder Local".

O líder social-democrata referiu que a emigração e a migração não são questões de hoje, tendo sempre existido e resultado na desertificação das aldeias. A existência de escolas, associações culturais ou outras estruturas, muitas construídas através dos fundos europeus, não significa que a população permaneça. "Esse problema, durante muito tempo, foi considerado um problema do interior. Deixou de o ser. É um problema de todo o País", alertou, acrescentando que "o País está a ficar sem gente". Por isso, defendeu que é crucial "enfrentar as causas deste problema da democracia".

"Política deve mobilizar as pessoas"

"Se hoje temos níveis de bem-estar mais elevados, se a esperança média de vida é muito superior, se as pessoas podem viver com mais qualidade, mais anos, porque é que as famílias têm menos crianças?", perguntou ainda. Pedro Passos Coelho verificou que "todos os nossos candidatos estão cientes e colocam este problema no centro das suas preocupações". "De que nos interessa ter uma grande estrutura autárquica se não tivermos pessoas para servir? De que interessa estar a falar do



País se a maior parte do território estiver abandonado?", questionou.

"O nosso partido tem realmente de dar um contributo significativo para podermos começar a atacar estes problemas e ver se conseguiremos dentro de uns anos de inverter esta tendência", respondeu, tecendo uma crítica à "falta de realismo com que estas matérias são discutidas". Entende, assim, que "a política deve mobilizar as pessoas", pelo que "os políticos não podem ser uma espécie de burocratas, de tecnocratas que estão a

resolver problemas fora do contexto". Devem, portanto, "transmitir às pessoas esperança, confiança. É assim que se mobiliza a sociedade para objetivos que, às vezes, não são fáceis de atingir".

Pedro Passos Coelho lembrou que "o PSD nunca deixou de ser um grande partido do poder local", o que, segundo afirmou, "nos dá uma grande responsabilidade". Recordou todas as pessoas que, ligadas ao partido, contribuíram ao longo dos anos para a transformação "das nossas terras".

Salientou que "as eleições não se destinam apenas a julgar o que vem de trás. São, sobretudo, um momento em que se fazem escolhas para futuro". Assim, "com humildade temos de pedir o apoio das pessoas, para que nos entreguem a responsabilidade por esse futuro". Alertou, ainda, que "juntos os municípios podem funcionar melhor e resolver melhor os seus problemas", daí a importância das comunidades intermunicipais que "criadas quando estivemos no governo, precisam agora de ter mais substância".



Pedro Passos Coelho na apresentação do candidato Vítor Bebiano à câmara municipal de Alfândega da Fé

Governar é “servir todos e não uma parte”



Pedro Passos Coelho reiterou, no sábado, 1 de julho, que “quando o PSD apresenta candidaturas, devemos ter uma humildade muito grande”. Na apresentação do candidato à câmara municipal de Alfândega da Fé, Vítor Bebiano, o líder do PSD ressaltou que “muitas vezes as pessoas acham que a preocupação não é servir as comunidades”, mas “conquistar o poder”, colocando-o “ao serviço de alguns e não da comunidade em geral”. Para contrariar esta realidade, “é importante que grandes partidos se apresentem com humildade” e com a “convicção de que fizemos sempre por servir todos e não uma parte”.

O presidente do PSD referiu o quão relevante é governar para as pessoas “e fazê-lo com responsabilidade”. Defendeu, assim, a importância de se lhes “responder tão diretamente quanto possível”, pensando sempre “na comunidade, no País em geral”. A exigência deve ser para com o executivo municipal, mas também nacional. Contudo, “não vemos no executivo nacional a mesma responsabilidade que gostaríamos de exigir e que, no passado, nos exigiram a nós quando se trata de quem nos governa hoje”.

“Governo está cheio de omissões”

Pedro Passos Coelho mostrou-se surpreendido por, até sábado, ainda ninguém na hierarquia militar ter apresentado a demissão ou ter sido exonerado na sequência do roubo de material de guerra em Tancos, Santarém. “A responsabilidade tem de se traduzir em atos”, salientou, para logo denunciar: o atual “Governo está cheio de omissões”. Explicou mesmo que “a nossa segurança coletiva depende da forma como formos responsáveis perante os nossos cidadãos quando à nossa guarda está material deste tipo”.

Para Passos Coelho, era bom que estes assuntos de Estado fossem tratados com “sentido de responsabilidade”. Ora, nas últimas semanas, tem-se gerado um sentimento de insegurança, na sequência da ausência de “ação efetiva” ou do assumir de responsabilidade por parte do Governo. “Não vale a pena refugiarmo-nos nos bons resultados económicos. Isso é o que o Governo gosta de fazer, criar nas pessoas a ideia de que tudo vai correr bem”. Tal como explicou: “quando alguma coisa corre mal, não há Governo, é o desnorte, a desorientação”. Afirmou, por isso, ser necessário um executivo que saiba “responder com responsabilidade quando as coisas não correm bem”.

Mais do que “aproveitar a onda”, “é preciso responder às adversidades também”, reforçou. “Imagino o que teria acontecido ao País se, nos anos das dificuldades, tivessem os socialistas tido a condução do governo”, ironizou Pedro Passos Coelho. “Onde é que estaríamos?”, perguntou. “E o que é que estaria muita gente a dizer se, hoje, estivéssemos no governo e estas coisas estivessem a acontecer?”, continuou.

Pensões aumentam, mas não há dinheiro para a saúde

Pedro Passos Coelho imputa ao atual Executivo um “exercício de demagogia repetido”. “Sabemos que as carências são muitas, que ao contrário do que se diz o di-



heiro não dá para tudo”, afirmou para, depois, recordar por exemplo a inexistência de especialistas suficientes nos hospitais, as listas de espera ou as cirurgias adiadas daí resultantes. “Podemos encher o discurso com palavras muito bonitas, mas o que vemos é que os problemas não se resolvem”, afirmou.

Passos Coelho considerou que no concelho transmontano de Alfândega da Fé “sente-se em particular” o que classificou da “ilusão” que o Governo socialista cria nas pessoas “de que os problemas não existem”.

Mesmo que o Governo se esforce por criar ilusões, os problemas existem e, como tal, as pessoas sentem-nos.

O ligeiro aumento das pensões, recentemente anunciado, foi feito “a pensar nos votos, evidentemente”, criticou o líder social-democrata, acrescentando que não houve, no entanto, “dinheiro para pagar aos especialistas que pudessem, nos hospitais, resolver os problemas”.

“Boa sondagem é vontade de trabalhar”

“Mas como são os socialistas a governar, as dificuldades já não existem e está tudo bem”, ironizou, lembrando ainda as dívidas do Executivo aos bombeiros. “Se na

demagogia se perde a noção da realidade, podem fazer muitos ‘focus group’ lá pelo Partido Socialista e andarem muito satisfeitos com as sondagens, mas poderão vir a ter a mesma surpresa que muitos outros tiveram, em eleições, quando se ficaram a olhar para as sondagens”, avisou.

Para Pedro Passos Coelho, “boa sondagem é vontade de trabalhar, de estar ao serviço dos outros, de reunir as pessoas para as ouvir, humildemente pedir o seu apoio”, algo que também os candidatos autárquicos devem ter presente.

PovoLivre

Presidente

Pedro Passos Coelho na apresentação de Helena Mendonça
à câmara municipal de Proença-a-Nova

Só há Governo para
as notícias boas

O presidente do PSD lembrou, na apresentação da candidatura à câmara municipal de Proença-a-Nova, dia 2, o quão importante é “eleger as pessoas certas, porque essas fazem a diferença”. Mais do que ter pessoas simpáticas, “é muito importante que saibam o que fazer”. Referindo-se a Helena Mendonça como “a melhor candidata que podíamos [PSD] apresentar e, sobretudo, a melhor dos candidatos que os partidos apresentam”, Pedro Passos Coelho recordou que é da maior importância estar-se próximo das pessoas e ser-se responsável.

“Como era bom que assim fosse nos tempos que correm na política nacional”, afirmou, explicando que “perante dificuldades mais sérias, o País descobriu que tem um Governo que não está preparado para lidar” com elas. A forma de estar do Executivo, nas últimas semanas, contraria “uma certa euforia” que se gerou na sequência de resultados económicos. “Muitos exageraram na forma como apresentaram as coisas”, disse mesmo. “Dava a impressão de só desde que o Partido Socialista chegou ao Governo é que o País começou a gerar emprego” quando a retoma se iniciou muito antes, denunciou.

“Hoje fica claro que, quando as coisas correm bem, o Governo vai bem”, criticou. Contudo, quando algo “mais difícil acontece, o Governo desaparece”, afirmou para



para futuro, isso sim preocupa”, afirmou. Considera ser “muito sintomático que o Partido Socialista faça estudos de imagem, quando devia estar a perguntar ao Governo o que está a fazer para o verão”, reforçou.

“Estamos a chegar ao limite dos limites”

De acordo com o Presidente do PSD, “custa ver as pessoas a relativizar os problemas”, algo que também se evidencia com o desaparecimento ocorrido em Tancos. Defendeu que uma chefia militar “colocar o lugar à disposição não é fraqueza”, mas trata-se de “interpelar o poder político” e de “ganhar força para fazer o que é preciso”. Afirmou-se “atónito” quando teve conhecimento, por um jornal espanhol, do material de guerra desaparecido. “Estamos a chegar ao limite dos limites”, criticou, acrescentando que “é desrespeitoso que as nossas autoridades não saibam explicar o que se passou”.

Partidos devem dar tranquilidade às pessoas

“Estamos a viver um tempo em que tudo o que não é cómodo e que exige uma ação é descartado, relativizado por quem tem responsabilidades”, referiu. “Isto não pode continuar”, disse, lembrando que “é natural em democracia” que os partidos questionem e promovam o debate de questões da maior importância para o País, sendo “função da comunicação social intermediar esse

logo acrescentar: “Só há Governo para as coisas boas, para as más não há”. Considerando os últimos desenvolvimentos, e que têm que ver com os incêndios que afetaram o País ou com o desaparecimento de material de guerra dos paióis de Tancos, a postura do atual Executivo contribui para um “sentimento de insegurança, um sobressalto de intranquilidade”.

País desconhece que medidas se estão a tomar para o verão

Agora que se iniciou a “época mais arriscada”, no que aos incêndios se refere, os portugueses continuam sem saber o que aconteceu em Pedrógão Grande e “ainda não perceberam que medidas o Governo está a tomar”. “Politicamente, os cidadãos também querem saber o que se está a fazer” para enfrentar o verão, pelo que “é muito importante que a política trate destas matérias”.

Para Pedro Passos Coelho denunciou as contradições que têm vindo a público e que são sinónimo de “baralhada”. “Não temos hoje um Governo que apareça a comandar as operações”, criticou, argumentando que “falar não é comandar”. “Ter um secretário de Estado ou uma ministra a falar todos os dias sobre coisas que dominam pouco, mas não os ter a dizer o que se vai determinar





debate". Por isso, importa que os portugueses saibam o que cada partido "faz para determinar caminhos de futuro" dar "às pessoas a tranquilidade de que a democracia está a funcionar".

Para isso, "os políticos têm de estar à altura". Tal como salientou, "é isso que procuramos [PSD] fazer com as nossas intervenções". "Exige-se de um partido da oposição que ponha o dedo na ferida", disse, acrescentando que "temo-lo feito com sentido de responsabilidade e de forma anti-demagógica".

Pedro Passos Coelho sublinhou, uma vez mais, que "há coisas que não estão a correr bem" com o atual Executivo, necessitando por isso de "correção". Referiu-se à "forma como se desempenham cargos públicos", à inexistência de isenção nas nomeações ou às "decisões que se proclamam em vésperas de eleições". De acordo com o líder social-democrata, "acha-se muito oportuno" o aumento, ainda que ligeiro, das pensões, quando não há "dinheiro para pagar dívidas" às associações humanitárias de bombeiros que, por exemplo, "as inibe de terem dinheiro para combustível". Se "há muitas coisas mal que resultam das escolhas que o Governo fez", o PSD continuará a denunciá-las.

O presidente do PSD reiterou, em Proença-a-Nova, que "vale a pena governar noutro sentido, procurando o interesse geral, mais do que o nosso" e "olhar para o futuro". Trata-se, segundo afirmou, de "governar para todos os portugueses e não apenas para os que nos elegeram", o que deve ser equacionado tanto a nível local, como nacional.

Para fixar pessoas é preciso investimento e emprego

"Temos de nos fixar no que é imperioso: tratar de ter os nossos territórios competitivos", alertou Pedro Passos Coelho. Para isso, e segundo afirmou, é importante que o Estado olhe "para todo o seu território, de forma a poder ajudar a criar condições" para que assim o seja.

De acordo com o Presidente do PSD, "para fixar pessoas, não basta ter escolas, centro de saúde, hospitais ou equipamentos de natureza cultural. É preciso mais do que isso". Ter as estruturas e "não ter gente significa que estamos a falhar naquilo que hoje é mais importante" e que passa, tal como reiterou, por "ter investimento e emprego", pois "é isso que fixa as pessoas aos territórios". "As pessoas que não encontram, no seu concelho, as oportunidades de vida a que aspiram têm de sair", relembrou.

Referindo-se ao importante papel desempenhado pelas autarquias, o líder social-democrata salientou que são elas quem pode tomar medidas as mais adequadas ao bem-estar das populações. "Sabemos bem que é





assim nos cuidados primários de saúde, no ensino básico e secundário, em muito do que pode ser o apoio social". "Há hoje, ao nível das autarquias locais e das comunidades intermunicipais, capacidade técnica e política para responder a questões" que estão próximas das pessoas. "É uma matéria que é mais bem ajuizada junto das populações, do que à distância, através do ministério", acrescentou.

Estado deve "dar os meios adequados" aos municípios e às populações

Neste sentido, o líder dos social-democratas reforçou que "devíamos estar a prosseguir a uma velocidade maior para um caminho de convergência para esta descentralização na área das políticas sociais". Hoje, "a prioridade é fazer com que as respostas na área social funcionem melhor" e, para que assim o seja, "é preciso que dar os meios adequados".

"Sabemos que o Estado não tem dinheiro para tratar como deve de ser" de tudo, referiu, alertando que "não era mau começar por admitir que a restrição que existe é real". Partindo, então, da realidade, Pedro Passos Coelho defendeu que importa "elencar prioridades" e que "o Estado transfira para os municípios os meios adequados para que possam ser efetivos nestas políticas".

Povo Livre

Presidente



O presidente do PSD no jantar de apresentação de Célia Marques à câmara municipal de Alvaiázere

Governo está preocupado com a sua popularidade

“Falta Governo, falta liderança, falta ação política ao Governo de Portugal”, afirmou no domingo, 2 de julho, Pedro Passos Coelho, criticando o silêncio do primeiro-ministro no que se refere ao desaparecimento de material de guerra de Tancos. Aconselhou António Costa, “quando se vier a pronunciar sobre isto”, a “não acrescentar aquilo que sabemos”, mas a dizer “alguma coisa que compreenda a responsabilidade política do Estado e do Governo e o que é que está a fazer”.

Tal como o líder social-democrata tem vindo a denunciar, “não existe ação, nem liderança política” por parte de um Executivo que insiste em não agir e, assim, em não tranquilizar as pessoas. “Este Governo só mostrou servir para as horas boas”, acusou Pedro Passos Coelho. “Quando aparece algum imprevisto, desaparece”, salientou.

“Sabemos que não podemos contar com este Governo para aquilo que é difícil, que é importante, para as horas em que se tem de mostrar liderança e ação política”, acusou, acrescentando que se trata de um Executivo “muito lento a assumir responsabilidades e a empreender ações”. Segundo referiu, “em muito pouco tempo, no coração de políticas públicas, que deveriam existir para garantir a defesa e a segurança das pessoas, o Estado falha em aspetos que são essenciais”.

Governo continua sem transmitir confiança às pessoas

Pedro Passos Coelho recordou, novamente, os incêndios que afetaram o País, para afirmar que “era de esperar que o Governo pudesse já ter tomado um conjunto de iniciativas que oferecessem às pessoas mais confiança”. O líder social-democrata defende ser “impensável” “que estejamos em julho a olhar para todo o período de incêndios, que agora se abre de forma ainda mais intensa, sem que haja no nosso conhecimentos ações que tenham sido empreendidas”.

O presidente do PSD alertou que “vivemos um tempo em que não basta procurar desempenhar os cargos com sobriedade e consciência. É, também, um tempo em que temos de estar preparados para coisas que, às vezes, nos surpreendem e poder dar conta do recado, quando nem tudo acontece da melhor maneira”. Por isso, sublinhou a necessidade de existir “capacidade em cada município, com as leis que temos, de fazer cada vez melhor”, pois “é isso que se exige quando se escolhe um candidato a uma autarquia, quando se elege um presidente de câmara”.

Estado deve criar condições para que as pessoas permaneçam nas suas terras

Pedro Passos Coelho apresentou, no domingo, a candidatura de Célia Marques à câmara municipal de Alvaiázere, afirmando que “o PSD tem muito orgulho na história que construiu” e no “trabalho extraordinário que tem feito”.

Referiu-se à necessidade de haver mais “instrumentos ao alcance dos autarcas”, para que possam responder a questões de natureza social e contribuir para que surja investimento e se potencie a criação de emprego. Para que apareçam investidores e, por conseguinte, as pessoas “possam ganhar as suas vidas nas suas terras”, é importante que o Estado crie “condições para que isto aconteça”.

Pedro Passos Coelho lembrou que o PSD tem “há muito tempo” uma proposta “à espera no Parlamento” e cujo objetivo é “avançar no reconhecimento do estatuto de

baixa, e muito baixa, densidade". Só assim será possível adequar as políticas às características de cada zona. Tal como explicou: "não é a mesma coisa fazer políticas para áreas que estão sobrelotadas de gente ou para territórios que quase não têm pessoas. Essa distinção tem de vir da própria lei, mas tem também de resultar dos meios disponíveis, dos fundos adequados para que essa atração do investimento e a fixação do emprego possam acontecer".

Executivo "tem feito pouco trabalho de casa"

O líder social-democrata acusou o atual Executivo de andar, "mais uma vez, a dormir tempo demais", já que, "quase desde que tomou posse, que andamos a dizer que é importante avançar na descentralização". Tal como criticou, este "é um Governo que, estrategicamente, dedica muito pouco tempo a preparar o futuro, porque só está preocupado com o dia a dia, com as eleições, com a popularidade". Aconselhou-o, por isso, a "corrigir a mão" e a "pensar mais nos nossos territórios" e "menos nos equilíbrios da geringonça e da popularidade dos membros do Governo".

Segundo disse, o PSD "mantém-se como um grande partido", sendo "indispensável nas câmaras municipais para resolver os problemas das pessoas" e "no País para chamar a atenção para aquilo que não está a ser feito", já que "o Governo tem feito pouco trabalho de casa".





Simone Veil, uma “figura política de incontornável importância”



O PSD lamentou profundamente o falecimento da antiga ministra francesa Simone Veil, uma “figura política de incontornável importância”. Numa nota enviada à comunicação social, o PSD apresentou as condolências à família e às autoridades francesas pela morte da antiga Presidente do Parlamento Europeu, aos 89 anos.

“Destacou-se como deportada em vários campos de concentração nazis, ministra da Saúde de França e Presidente do primeiro Parlamento Europeu eleito por sufrágio universal”, realçam os sociais-democratas.

O PSD lembra ainda que Simone Veil foi também presidente do Grupo Liberal, Democrata e Reformista no Parlamento Europeu, quando os sociais-democratas integravam este grupo parlamentar, “tendo tido uma grande influência no apoio a Portugal nos primeiros anos de integração europeia”.

Recordando o seu percurso cívico e político, o PSD salienta que, na qualidade de Presidente do primeiro Parlamento Europeu eleito por sufrágio universal, Simone Veil “destacou-se na afirmação do papel do Parlamento no equilíbrio institucional europeu, enquanto órgão representante direto dos povos europeus”.

Antiga deportada, foi durante toda a sua vida uma lutadora pela memória do genocídio, sendo presidente

honorária da Fundação pela Memória da Shoah. Enquanto ministra da Saúde destacou-se por, em 1974, num governo em que o primeiro-ministro era Jacques Chirac, ter feito aprovar uma lei a autorizar a interrupção voluntária da gravidez, tendo ficado célebre o discurso que então proferiu na Assembleia Nacional. Na qualidade de Presidente do primeiro Parlamento Europeu eleito por sufrágio universal, destacou-se na afirmação do papel do Parlamento no equilíbrio institucional europeu, enquanto órgão representante direto dos povos europeus.

A antiga ministra Simone Veil, autora da lei de legalização da interrupção voluntária da gravidez em França e primeira presidente do Parlamento Europeu, faleceu dia 30 de junho de 2017, anunciou à agência France-Presse o seu filho, Jean Veil. Figura maior da vida política francesa, académica, Simone Veil escapou aos campos da morte durante a II Guerra Mundial, para onde foi deportada com 16 anos, e incarnava para os franceses a memória do holocausto judeu. Curadora da Fundação Champalimaud, feminista inflexível, com fortes convicções morais e republicanas, Simone Veil foi a primeira mulher a assumir as funções de ministra de Estado em França, assim como foi a primeira mulher a presidir ao Parlamento Europeu.

Simone Veil nasceu em 13 de julho de 1927 em Nice, sudeste de França, no seio de uma família judia

e laica. Toda a sua família foi deportada em 1944 para campos de concentração: o seu pai e o seu irmão, Jean, para a Lituânia, uma das irmãs foi mandada para Ravensbruck, e ela, a sua mãe e uma segunda irmã foram deportadas para Auschwitz. Apenas as três irmãs sobreviveram. Magistrada, Simone Veil entrou em 1956 para a administração penitenciária francesa, onde se ocupou das questões relacionadas com a adoção. A sua casa era já então um salão político, onde se juntavam gaulistas e centristas. Em 1974, Simone Veil entrou na política como ministra da Saúde no Governo de Jacques Chirac. O seu combate para adotar a lei – contra uma boa parte da direita francesa – sobre a interrupção voluntária da gravidez fez dela durante muito tempo a figura mais popular do país. Em junho de 1979, Veil foi eleita presidente do Parlamento Europeu, função onde se manteve até 1982. Entre 1984 e 1989, liderou o Grupo Liberal e Democrático do Parlamento Europeu. “O facto de ter feito a Europa reconciliou-me com o século XX”, disse um dia. Simone Veil voltaria à política francesa em 1993 para assumir as funções de ministra de Estado e da Segurança Social, Saúde e Cidades. Em 1997, presidiu ao Conselho de Integração e no ano seguinte assumiu um lugar no Conselho Constitucional, onde se manteve até 2007, ano em que apareceu ao lado de Nicolas Sarkozy na sua corrida à presidência francesa.

Marco António Costa em Marco de Canaveses

“José Mota é o homem certo para dar continuidade ao trabalho de Manuel Moreira”



No domingo, 2 de julho, em Alpendorada, na apresentação da candidatura de José Mota à câmara municipal, Marco António Costa declarou que Marco de Canaveses é hoje um concelho muito desenvolvido, onde os marcoenses conseguem responder às suas necessidades sem necessitar de saírem dos seus 201,89 km² de área. “Não precisam de sair do seu concelho para encontrar as respostas que necessitam na área da saúde, segurança social e educação”, assegura. E esse trabalho tem um nome: Manuel Moreira que tem liderado os destinos deste concelho desde o ano de 2005.

Trabalho esse que se deve a Manuel Moreira, que tem liderado o concelho desde 2005. “Esta é a história que se conta nestes doze anos de governação do Manuel Moreira. Doze anos a fazer mudar o concelho de Marco de Canaveses para melhor. Todos os dias a construir algo para tornar os marcoenses mais felizes”, sublinhou o vice-presidente do PSD, destacando que, durante estes anos, o candidato à câmara municipal do Marco de Canaveses às eleições autárquicas do próximo dia 01 de outubro,



estando ao lado de Manuel Moreira, “tornou possível que se arranjassem as soluções para os marcoenses conseguirem ter uma vida melhor”.

“José Mota foi o homem que, todos os dias, garantiu a Manuel Moreira que encontrava as soluções certas. José Mota é o homem certo para dar continuidade ao trabalho de Manuel Moreira”, assegura.

“Marco de Canaveses de hoje, trabalhista e progressista, só foi possível com o trabalho de José Mota durante estes anos”, afirma.

António Bragança Fernandes, presidente da Comissão Política Distrital do PSD do Porto, e Luís Vales, deputado à Assembleia da República e secretário-geral adjunto do PSD, também estiveram presentes na sessão.

VEL
RENTE



Matos Rosa em Ponte de Lima e Pombal

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na sessão de apresentação do candidato Manuel Barros à Câmara Municipal de Ponte de Lima (domingo, 2 de julho) e na inauguração da sede de campanha autárquica do PSD em Pombal (segunda-feira, 3 de julho de 2017).



Esquerda troca futuro da floresta por acordo político

PS, PCP e BE estão a fazer um debate “desfasado das necessidades da floresta”. O Governo de António Costa trocou o futuro da floresta por um acordo para governar e deixou ao abandono as zonas de baixa densidade.

Na interpelação ao Governo sobre “Floresta e desertificação do mundo rural”, Luís Pedro Pimentel, deputado do PSD, começou por recordar que a “floresta é um bem maior que todas as gerações têm o dever de preservar”, e, afirma, “não se pode falar de mundo rural sem mencionar as atividades económicas que nela existem”.

O deputado do PSD lamenta que estejamos “a assistir a um debate totalmente desfasado da realidade e longe das necessidades da floresta”.

Reconhecendo que os recentes trágicos acontecimentos aceleraram uma discussão sobre a reforma da floresta portuguesa, que merecia mais ponderação e bom senso, Luís Pedro Pimentel critica o facto de a discussão ter partido “de premissas erradas impostas pelo PEV e que serão aprovadas com imposições radicais do BE”.

O Executivo está, deste modo, a desperdiçar uma oportunidade de procurar soluções que tornem as áreas florestais mais rentáveis e mais competitivas. Por outro lado, “não deixa de ser paradoxal que o Estado invista todos os anos na formação de quadros técnicos superiores de silvicultura e depois despreze esse conhecimento e decreta o futuro da floresta por imposições políticas, ignorando igualmente os avisos das associações e confederações do sector florestal”.

Um País que não cuida do seu território não pode ambicionar crescimento

O Governo está a trocar o futuro da floresta por um acordo para governar, acusa Nuno Serra, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, referindo que “proteger e valorizar a nossa floresta representa a premissa primor-

dial da exploração dos recursos naturais. Um País que não cuida do seu território não pode ambicionar crescimento e prosperidade sustentável”, realçou Nuno Serra.

A floresta é uma oportunidade económica, ambiental e social que necessita de ser preservada, embora para outros seja uma oportunidade política momentânea, diz o deputado Nuno Serra. “O PSD sempre se mostrou disponível para discutir a reforma da floresta de forma séria, de forma construtiva e para encontrar convergências. O importante era consensualizar o projeto político com as aspirações e expectativas do setor, que nesta espécie reforma são totalmente antagónicas. Não há associação, produtor florestal, ou industrial que não tenha criticado os documentos apresentados pelo Governo, mas mesmo assim, de ouvidos bem tapados, a maioria insiste em continuar com este infeliz enredo”, disse o social-democrata.

Nuno Serra lamenta que a maioria de esquerda insista em continuar este enredo, porque o que está em causa não é melhorar o ordenamento florestal, independentemente da espécie a plantar. “O que está em causa não é melhorar o combate aos fogos. O que está em causa não é criar mais valor económico no setor. O que está em causa é, única e exclusivamente, proibir o eucalipto em Portugal. E isso porquê? Não existindo um impeditivo científico, económico e social só há uma razão: o querer governar a todo o custo cedendo a tudo e a todos, inclusive aceitando preconceitos ideológicos”, considerou.

“Este Governo partidariza o debate a partir do momento a que cedeu à chantagem de um partido e trocou o futuro da floresta por um acordo para governar. Isto é o legado que o Governo deixa na Floresta, um punhado de documentos a que chamou reforma com um só objetivo, saldar a dívida com os Verdes e agora com o BE”, disse.

Nuno Serra entende que “usar o eucalipto como bode expiatório dos incêndios já foi uma desonestidade, mas pior ainda é dizer que para ordenar uma floresta a espécie tem de ser travada”. O que tem de ser travado

“são as zonas de mato, consequência do abandono das terras. Isso sim, o combustível ideal para os fogos. Trava-da tem de ser a desertificação. Isso sim, gera abandono e desleixo nas propriedades”.

Governo tem reformas de “fazer de conta”

Por sua vez, José Carlos Barros, deputado do PSD, apontou as incoerências entre o discurso e a prática do Governo e da maioria de esquerda. O programa de Governo menciona “promover rejuvenescimento do tecido social das zonas rurais”. Segundo o deputado, “depois da proclamação, concretiza-se. E como é que se faz? Cria-se uma Unidade de Missão para a Valorização do Interior, na dependência direta do Primeiro-Ministro, e disso se faz a devida publicidade ao País. E essa estrutura, por sua vez, implementa um Programa Nacional para a Coesão Territorial que assim promoverá o desenvolvimento dos territórios do interior. E pronto, aí está o entendimento que este Governo e esta maioria têm do que é uma reforma”.

Até agora, no interior, em toda a zona de fronteira, em toda a baixa densidade, ainda ninguém se apercebeu da realização de qualquer reforma. “Será porque a medida 5.9 do Programa, que consta do ‘Reforço dos contingentes militares nos territórios do interior’ ainda não foi iniciada? Será porque a medida 1.10, que consta da ‘realização de Universidades de Verão no Interior’, ainda não teve início?”, questionou o deputado social-democrata.

José Carlos Barros criticou o entendimento que o Governo atribui às reformas: “fazer de conta que faz, implementar programas que são Engana-Meninos, ir deixando andar sem ruído, não passar do cálculo político de acordos de curto prazo, deixar para o futuro o que seria fundamental reformar hoje, e, sobretudo, não arriscar em nada que seja verdadeiramente estrutural”.



SIRESP

População foi deixada à sua sorte

É hoje claro que o Estado falhou na proteção e no apoio à população. Segundo a Proteção Civil, houve falhas concretas no auxílio à população em Pedrógão Grande na sequência de falhas na comunicação. Em contrapartida, o SIRESP diz ter estado “à altura”. Certo é que houve muitos pedidos de ajuda aos quais não foi possível responder.

De acordo com a “caixa negra” da Autoridade Nacional da Proteção Civil, a rede SIRESP registou diversas falhas durante o incêndio que afetou Pedrógão Grande. Estas falhas resultaram em pessoas que, apesar de terem solicitado ajuda, não obtiveram o apoio necessário quando em perigo. Evidente foi, ainda, a confusão entre as várias forças que combatiam os fogos, tendo mesmo os bombeiros recorrido a antigos meios de comunicação.

O colapso parece ter sido total, tendo muitas pessoas ficado à sua sorte. As informações que vieram, agora, a público contrariam o próprio Governo, pois, em 21 de junho, a ministra da Administração Interna afirmava que, no “último ano”, o contrato com o SIRESP tinha sido renovado, “com obrigações acrescidas não só de manutenção, mas de reforço da rede para aliviar as falhas na rede”.

O incêndio deflagrou em Pedrógão por volta das 14h43 de sábado, 17 de junho. As falhas na rede SIRESP começaram a sentir-se por volta das 19h45, em que pessoas cercadas pelo fogo solicitaram um apoio a que os comandos operacionais não conseguiram dar resposta imediata. Em 21 de junho, a própria ministra da Administração Interna afirmava não ter indicação de “uma falha total”, mas “intermitências”. Disse mais: “foram colocadas às 20 horas, se a memória não me falha, redes móveis satélites aqui para assegurar a rede SIRESP”. Por volta das 21h22, e na sequência de dificuldades da rede, os bombeiros recorriam a meios de comunicação antigos. Cerca de seis minutos mais tarde regista-se um novo pedido de ajuda que não foi possível reportar ao Posto de Comando. As dificuldades na comunicação foram registadas noutros momentos da noite de sábado e da madrugada de domingo.

As informações foram e mantêm-se contraditórias.

Como que a contrariar a informação da ANPC, o SIRESP vem agora revelar um relatório de desempenho em que diz ter estado “à altura”. Segundo se lê no relatório, “não houve interrupção no funcionamento da rede SIRESP, nem houve nenhuma Estação Base que tenha ficado fora de serviço em consequência do incêndio”.

Ministra da Administração Interna tem de “dar respostas”

A ministra da Administração Interna que “comece a dar respostas porque as perguntas vão começar a ser feitas”, afirmou hoje Fernando Negrão, deputado do PSD, para quem é obrigação do ministério prestar respostas. “Passaram dez dias sobre os incêndios que devastaram uma zona importantíssima do País”, recordou, para depois explicar que “é fundamental percebermos o que é que aconteceu” e “com urgência” já que o período em que podem ocorrer mais incêndios se está a aproximar.

O deputado criticou a ministra por ter pedido “duas auditorias a duas entidades”, das quais “uma delas é dependente do próprio Ministério da Administração Interna”. Argumenta que “começa a ser tempo de fazer perguntas e de obter respostas” e que “as auditorias tiveram o seu tempo”.

De acordo com Fernando Negrão, “o PSD não recebeu qualquer convite da parte do senhor primeiro-ministro para estar presente na ronda de encontros que está a fazer com os vários partidos”. Afirma ser “incompreensível”, pois “o grupo parlamentar do PSD, obviamente, que estaria disponível para estar presente”.

PSD questiona Governo sobre apoio psicológico às populações

Os deputados do PSD querem saber “qual o número de psicólogos que o Ministério da Saúde deslocou para junto das populações afetadas pelos incêndios”.

Numa pergunta regimental dirigida ao ministro da

Saúde, pretende-se esclarecimentos sobre o apoio psicológico prestado às populações vítimas dos incêndios em Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Góis.

A 24 de junho, o ministro da Saúde garantiu que “o Serviço Nacional de Saúde tem capacidade de resposta”. No entanto, “desde a ocorrência do incêndio e ao longo dos últimos dias, apesar do esforço de muitos profissionais de saúde e de bombeiros, até de membros das forças armadas e de segurança, tem sido manifesta a insuficiência de recursos humanos no apoio psicológico às populações e, em particular, às muitas centenas de vítimas daquele incêndio”.

Ontem, Adalberto Campos Fernandes acrescentou que, “há um trabalho enorme a fazer, que tem de ser feito, que é apoiar as pessoas, no concreto, a visitação das aldeias onde há pessoas que estão com alguma dificuldade e de apoio e, portanto, vai haver apoio domiciliário, apoio de saúde pública, apoio de cuidados de saúde primários”. Para o PSD, estas declarações devem “representar um firme e inquestionável compromisso para o futuro”.

Importa, então, avaliar “em que medida e com que apoios psicológicos podem contar as pessoas atingidas pela tragédia do incêndio, de modo a que estas possam beneficiar da proteção à saúde a que têm direito e os cidadãos, em geral, recuperem a confiança no Estado que tão clamorosamente falhou no seu dever de defender vidas humanas”.

Os deputados do PSD defendem que “os primeiros socorros psicológicos, concedidos logo nas primeiras horas, revelam-se absolutamente fundamentais para a estabilização das vítimas sobreviventes, suas famílias e amigos e, também, muitos dos profissionais e outros operacionais que, no terreno, sejam chamados a prestar socorro”. Entendem, também, que “num segundo momento, deve o apoio psicológico orientar-se para a prevenção de distúrbios psicopatológicos que tais acontecimentos podem posteriormente produzir”.

Paraisos fiscais

Primeiro-ministro deve retratar-se de “acusações infundadas”

O primeiro-ministro fez “acusações infundadas” ao anterior secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, e que são agora completamente refutadas por uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças (IGF).

António Leitão Amaro, deputado do PSD, recorre à auditoria feita pela IGF, que desmente, “ponto por ponto, as graves insinuações que o primeiro-ministro António Costa fez, procurando acusar o anterior governo de terem deixado fugir dinheiro para territórios ‘offshore’”.

No relatório ontem publicado, a IGF conclui ser “extremamente improvável” que a “alteração do comportamento da aplicação a partir de 2013 tenha resultado de uma intervenção humana deliberada”.

António Leitão Amaro destaca que a auditoria “confirma, aliás, que o que aconteceu foi uma falha informática, sem existir qualquer evidência de intervenção humana”.

“O Governo foi muito rápido a fazer insinuações graves, agora cabalmente desmentidas, e a pergunta é: por que é que está a demorar tanto tempo a reconhecer que essas insinuações eram erradas e que aquilo de que procuraram acusar o anterior secretário de Estado e Governo não era verdade?”, questionou.

Por esse motivo, o PSD exige que o primeiro-ministro se “retrate” e “peça desculpa” pelas acusações falsas e lesivas do bom nome do anterior secretário de Estado.

Governo tomou decisão ilegal

No que diz respeito à retirada de três territórios da lista de paraísos fiscais, sem cumprir os critérios determinados na lei, o PSD entende que o Governo fez um autêntico “apagão fiscal”.

A supressão de Jersey, ilha de Man e Uruguai da lista de territórios com tributação mais favorável foi “uma decisão política ilegal”. “Foi um apagão decidido pelo Governo das esquerdas”, disse António Leitão Amaro.



PSD propõe ligação da ferrovia ao Aeroporto de Faro

A eletrificação da linha do Algarve e a ligação da ferrovia ao Aeroporto Internacional de Faro, até 2020, faz parte de um conjunto de investimentos para o turismo e para a mobilidade da região sul defendido pelo PSD.

Os deputados do PSD apresentaram um projeto de resolução que recomenda ao Governo a “urgente revisão das intenções de investimento em infraestruturas ferroviárias do Plano Ferrovia 2020, por forma a incluir os projetos que constavam para o Corredor do Algarve no Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas para o horizonte 2014-2010 (PETI3+)”.

A importância estratégica desta ligação é reiteradamente identificada em diversos estudos e planos regionais. Os deputados subscritores do projeto lembram que o “PETI3+ salienta a relevância de um novo corredor horizontal que, unindo toda a região do Algarve ao aeroporto de Faro, portos e plataforma logística da região, se considerava estratégico para o setor do turismo nacional”.

O Plano de Investimentos Ferroviários, tal como foi apresentado pelo Governo em fevereiro de 2016 nos atuais moldes, acaba por penalizar a economia, o turismo e a mobilidade do Algarve.

O PSD lamenta que “não obstante este antigo consenso e a priorização deste investimento por parte do PETI3+”, o atual Governo tenha abandonado esta opção, “retirando-a dos projetos a considerar, a nível nacional, para o horizonte temporal 2016/2021, nos termos do Plano de Investimento em Infraestruturas Ferrovia 2020”.

Governo “desbarata a autoridade do Estado”



O Governo preocupa-se com a sua popularidade, quando o País quer respostas para os incêndios que afetaram Pedrógão Grande e os concelhos limítrofes. A Inspeção de Finanças diz que não houve “mão humana” nas transferências para paraísos fiscais, pelo que António Costa deve pedir desculpa ao PSD. Roubo de lança-granadas e munições em Tancos “é muito grave”.

“Era necessário que o Partido Socialista, o Governo e, em especial, o primeiro-ministro aplicassem a si próprios a responsabilidade que tanto querem exigir dos outros”, afirmou Luís Montenegro, na quinta-feira, durante o Conselho Nacional do PSD. Frisou, por diversas vezes, que o Governo “demonstra não ter sentido de Estado e que está a desbaratar a autoridade do Estado em vários níveis”.

“É altura de dizer a António Costa que a acusação que fez”, segundo a qual a transferência de dez mil milhões de euros para paraísos fiscais, sem análise do Fisco, foi originada por mão humana, “foi infundada, está inequivocamente desmentida”, disse o presidente do grupo parlamentar do PSD. António Costa “devia ter a atitude nobre que exige a quem tem sentido de Estado e respeito pela função de ocupa”, afirmou, ficando provado que “não houve intervenção, nem responsabilidade governativa” nas transferências para paraísos fiscais.

“Uma entidade do Estado vem dizer (...) que nem sequer é provável que possa ter havido qualquer intervenção humana naquilo que sucedeu relativamente às estatísticas e, sobretudo, ao tratamento da Autoridade Tributária dessas transferências”. Por isso, o social-democrata defende que o primeiro-ministro deve “pedir desculpa por ter feito uma insinuação que não tinha nenhum fundamento”.

“Governo está a deixar colapsar o Estado”

Luís Montenegro lançou várias críticas ao atual Executivo, pois “estamos a assistir, em Portugal, a uma cada vez mais nítida revelação de um Governo que está a deixar colapsar o Estado, a autoridade e o próprio sentido de Estado no exercício de funções governativas”. Segundo afirmou, esta postura governativa está a causar “mais insegurança junto das pessoas”. Deu como exemplos “o fogo de Pedrógão Grande e concelhos limítrofes” e o desaparecimento de granadas e munições dos Paióis Nacionais de Tancos.



Munições e granadas furtadas: PSD desafia Executivo a tomar medidas

Sobre as munições a granadas furtadas, Luís Montenegro afirmou que “a situação é muito grave”, pelo que “o PSD insta o Governo a tomar as medidas necessárias para que isto não volte a acontecer”, uma vez que o ocorrido (e à semelhança das pistolas desaparecidas há uns meses da Direção Nacional da PSP) “não pode ser só lamentado, nem pode dar só origem a inquéritos internos”. Classificando este acontecimento de incompreensível, o social-democrata argumenta que “tem de haver alguma razão ou anomalia nos processos de vigia e de fiscalização”. Disse esperar que “não seja falta de pessoal, nem de alocação de meios para poder garantir precisamente essa segurança”.

PSD solicita audição do ministro da Defesa e do Chefe do Estado-Maior do Exército

O PSD entregou, no parlamento, um requerimento a solicitar a audição do ministro da Defesa e do chefe do Estado-Maior do Exército, na sequência do desaparecimento de lança-granadas, granadas e munições em Tancos.

Pode ler-se no requerimento que, “segundo um comunicado do Exército Português, foi detetada a violação dos perímetros de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos e o arrombamento de dois paióis com o desaparecimento de material de guerra, especificamente granadas de mão ofensivas e munições de calibre 9 milímetros”. Assim, e “perante a gravidade desta situação”, os deputados do PSD pretendem ouvir os esclarecimentos que o ministro Azeredo Lopes e o general Rovisco Duarte “considerarem pertinentes sobre estes acontecimentos”.

Incêndios: membros do Governo preocupados com popularidade

Sobre os incêndios na região Centro, o líder parlamentar comentou que “numa altura em que os portugueses pedem respostas a situações absolutamente indescritíveis, em que o principal partido da oposição cumpre a sua missão de escrutínio da ação do Governo, é a mesma altura em que vem a público a nota de que o Governo anda a estudar os níveis de popularidade do primeiro-ministro e dos membros do Governo numa situação de crise como esta”. Acrescentou que “vêm também a público que estão até satisfeitos com a popularidade do primeiro-ministro”.

O social-democrata defende que esta situação “diz muito daquilo que é a postura do Governo e diz muito também daquilo que é a forma como se encaram situações que exigiriam um sentido de Estado bem mais profundo”. Tal como lembrou, “há muitas respostas que estão por dar, a propósito das mexidas nos órgãos de coordenação da Proteção Civil e das respostas sobre, por exemplo, o sistema de saúde e das forças de segurança”. Reforçou que as investigações do Governo e da comissão técnica proposta pelo PSD, no que diz respeito aos incêndios, não podem inibir “o Parlamento e todos os partidos, em particular os da oposição, de cumprirem o seu trabalho de fiscalização da ação governativa”.

Luís Montenegro lembrou que morreram 64 pessoas e que “há mais de 200 pessoas feridas”, algo que “nunca aconteceu até hoje” e foi isso que motivou o debate parlamentar. “Sabemos que os serviços de saúde não conseguiram dar a resposta que era necessária”, salientou, defendendo que “há um Governo que tem de assumir responsabilidades”, tal como os grupos parlamentares que o sustentam. Ironizou dizendo: “imagino aquilo que os senhores diriam se estivéssemos na situação contrária”.

PSD recebeu a Ordem dos Médicos

Saúde enfrenta “tempos de degradação”

O PSD considera que o setor da saúde enfrenta “tempos de degradação” e acusa a tutela de incapacidade para implementar reformas. Este foi um dos aspetos referidos por Miguel Santos, depois da reunião do PSD com a Ordem dos Médicos, na sexta-feira, 30 de junho. E, destacou: “Não se conseguem enumerar reformas no SNS” executadas pelo Governo.

Segundo o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD e que integra a Comissão de Saúde, há uma “degradação financeira do SNS que, depois, tem consequências gravíssimas no acesso a medicamentos e a cuidados”. A preocupação do PSD tem que ver com o facto de, “comprovadamente, este ministro não ter capacidade para inverter esta tendência criada há um ano”.

Miguel Santos lembrou que “houve sempre uma discriminação positiva” nas medidas adotadas pelo executivo liderado pelo PSD, “inclusive no plano financeiro”. Referiu-se ao “discurso político, repetido até à exaustão, dos cortes e do desmantelamento”, apanágio dos partidos que estavam na oposição, para comentar que, hoje, “a conversa é outra, mas a prática é bastante pior”.

Para o deputado, os diferentes níveis de acesso conforme as regiões e “a degradação financeira do sistema” têm consequências “gravíssimas” no acesso aos medicamentos e aos cuidados de saúde.

Miguel Santos alertou, uma vez mais, para uma reforma dos “cuidados hospitalares estagnada” e para a incapacidade da tutela em “assumir as suas responsabilidades e em promover, efetivamente, medidas que melhorem e salvaguardem o sistema”.

“Manifestamos a nossa preocupação porque, comprovadamente, este ministério e este ministro da Saúde não tem capacidade para promover reformas estruturais e para inverter esta tendência que foi criada há um ano”, afirmou.

Propostas do PSD, se aprovadas, “teriam evitado” a degradação

O PSD tem “tomado diversas iniciativas parlamentares”, mas “todas” as iniciativas foram “recusadas e chumbadas”:



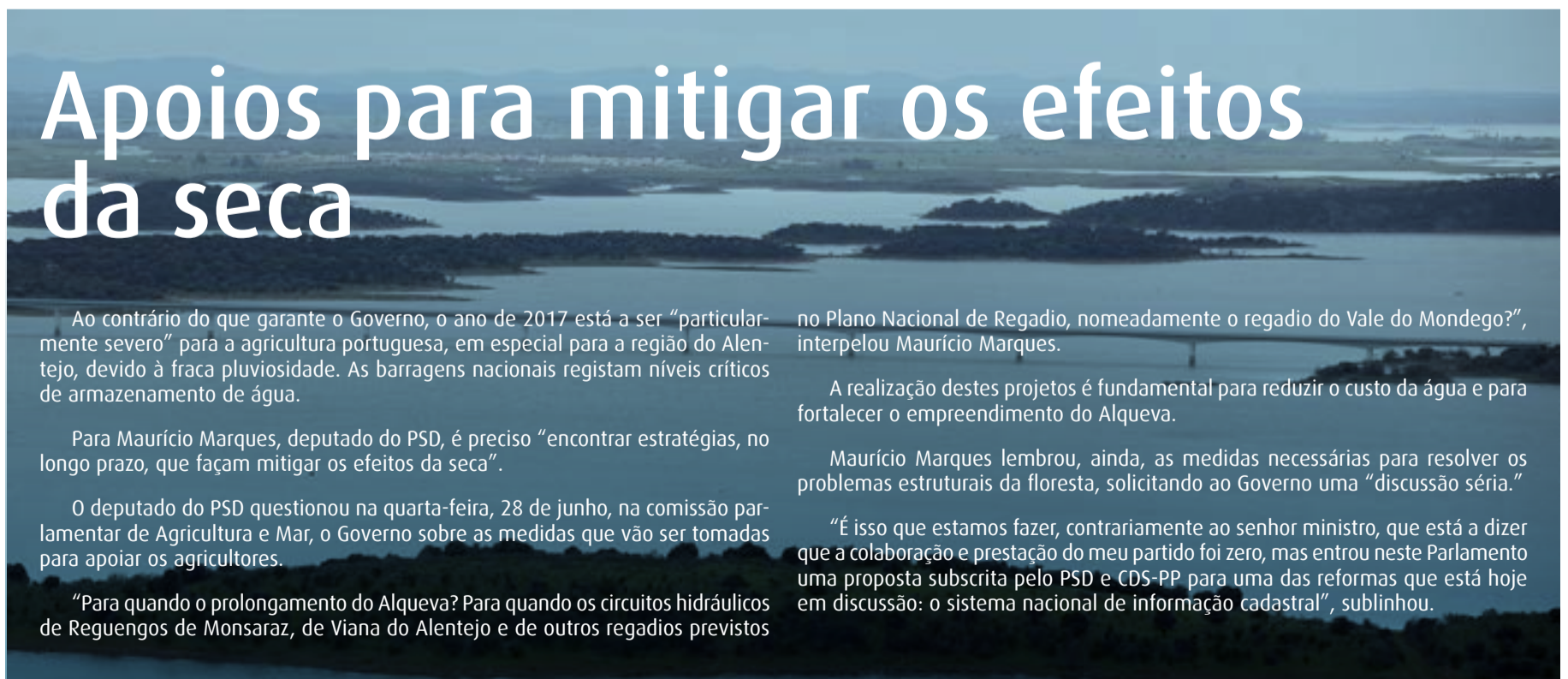
sobre o nível de financiamento do SNS que “estava a acontecer desde o governo anterior” e sobre a prestação de serviços, porque, afirmou Miguel Santos, o nível de contratação aumentou exponencialmente em 2016.

Segundo explica, “algumas teriam evitado situações que estão a acontecer”. Deu como exemplo a proposta feita no sentido de “manter o nível de financiamento do SNS que estava a acontecer desde o governo anterior” ou a medida interposta sobre prestação de serviços. “A contratação [dos designados tarefeiros] aumentou exponencialmente no ano passado, ao contrário do discurso oficial”, revelou.

Após uma reunião com bastonário da Ordem dos Médicos, em que esteve presente o líder do PSD, Pedro Passos

Coelho, na sede nacional, em Lisboa, o deputado Miguel Santos disse também que o recente corte de 35 por cento que o Ministério da Saúde teve que impor é consequência da incapacidade do ministro, Adalberto Campos Fernandes, em tomar medidas estruturais e continuar as reformas no SNS. A medida do PSD foi “chumbada e agora verificamos que há um decreto, por parte do ministro, a cortar 35% indiscriminadamente, o que vai trazer implicações muito negativas, em muitos hospitais da periferia, sobretudo”.

O primeiro encontro formal entre o bastonário da Ordem dos Médicos e o PSD decorreu no dia em que Miguel Magalhães afirmou que faltam no SNS entre quatro a cinco mil clínicos especialistas para que seja cumprido o rácio aconselhado internacionalmente.



Apoios para mitigar os efeitos da seca

Ao contrário do que garante o Governo, o ano de 2017 está a ser “particularmente severo” para a agricultura portuguesa, em especial para a região do Alentejo, devido à fraca pluviosidade. As barragens nacionais registam níveis críticos de armazenamento de água.

Para Maurício Marques, deputado do PSD, é preciso “encontrar estratégias, no longo prazo, que façam mitigar os efeitos da seca”.

O deputado do PSD questionou na quarta-feira, 28 de junho, na comissão parlamentar de Agricultura e Mar, o Governo sobre as medidas que vão ser tomadas para apoiar os agricultores.

“Para quando o prolongamento do Alqueva? Para quando os circuitos hidráulicos de Reguengos de Monsaraz, de Viana do Alentejo e de outros regadios previstos

no Plano Nacional de Regadio, nomeadamente o regadio do Vale do Mondego?”, interpelou Maurício Marques.

A realização destes projetos é fundamental para reduzir o custo da água e para fortalecer o empreendimento do Alqueva.

Maurício Marques lembrou, ainda, as medidas necessárias para resolver os problemas estruturais da floresta, solicitando ao Governo uma “discussão séria”.

“É isso que estamos fazer, contrariamente ao senhor ministro, que está a dizer que a colaboração e prestação do meu partido foi zero, mas entrou neste Parlamento uma proposta subscrita pelo PSD e CDS-PP para uma das reformas que está hoje em discussão: o sistema nacional de informação cadastral”, sublinhou.

POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Fim do financiamento dos partidos por empresas PSD pede a Presidente da República que convença Primeiro-Ministro

página 8

Cimeira entre PSD e PP



Posição comum contra o financiamento dos partidos por empresas

- Financiamentos privados só de particulares
- Violação da lei passa a ser crime
- Desaparece segredo bancário dos partidos
- Controlo das contas dos partidos por revisores oficiais
- Gestores públicos não podem ir para empresas privadas do sector, durante 3 anos

página 8

Marcelo Rebelo de Sousa à JSD

Primeiro-Ministro não manda Ministro das Finanças desautoriza colega

Ministro do Equipamento não sabe o que se passa na JAE

página 8

Presidente do PSD cumprimenta

José Saramago Prémio Nobel

Comentando para a TSF a atribuição a José Saramago do Prémio Nobel da Literatura, Marcelo Rebelo de Sousa, a título pessoal, afirmou tratar-se de uma grande vitória de uma obra de Língua e Literatura portuguesas.

Marcelo acrescentou apreciar desde sempre a obra de Saramago pelo seu poder narrativo como mensagem espiritual pessoal, e pelo seu rigor histórico nos dois romances que leu, o "Memorial do Convento" e "História do Cerco de Lisboa".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Coruche, para reunir, no próximo dia 21 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita na Travessa dos Guerreiros, nº 26, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Eleições Autárquicas 2017 – emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicas, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos
2. Eleições Autárquicas 2017 – aprovação do Programa Eleitoral Autárquico, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos
3. Análise e discussão da situação política actual – local e nacional

ÉVORA / DISTRIITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora, para reunir, no próximo dia 14 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21H30, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação de contas referentes ao ano de 2016
2. Aprovação do plano de actividades para o ano o ano de 2017
3. Análise e balanço das candidaturas autárquicas
4. Outros assuntos



PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se Plenário Concelhio da JSD de Proença-a-Nova, para reunião ordinária a decorrer no próximo dia 15 de julho de 2017, pelas 21h, na Sede do PSD Proença-a-Nova, sita na Rua Santa Margarida Nº1 R/C Dtº, 6150-425 Proença-a-Nova. Com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Discussão da situação política local;
2. Aprovação dos Candidatos da JSD a integrar as listas do PSD às Eleições Autárquicas 2017;
3. Outros assuntos.

NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico do Porto para Plenário a realizar no próximo dia 14 de Julho de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do PSD e da JSD do Centro Histórico do Porto, sita na Praça da Batalha, nº 90, sala 10, 2º andar, 4000-102, concelho do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política actual;
2. Autárquicas 2017;
3. Outros assuntos de interesse.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras